

Ismarth diz que Darci desconhece a realidade do índio

BRASILIA (Sucursal) — Ao comentar ontem as recentes críticas feitas pelo antropólogo Darci Ribeiro, à atuação da Funai e ao Projeto de Emancipação de Comunidades Indígenas, o presidente do órgão, general Ismarth de Oliveira, afirmou que o antropólogo está defasado da problemática pelo tempo em que esteve fora do País motivo, inclusive, de não ter sido convidado para participar da reunião que discutirá a minuta final do projeto nos dias 14 e 15 próximos, na Funai.

Quanto à denúncia do Conselho Indigenista Missionário sobre a renovação de arrendamentos na área dos índios Kadiweu, da Serra da Bodoquena, disse Ismarth que "em primeiro lugar, o arrendamento não foi revalidado pelo Ministério do Interior e sim pela Funai, e, se assim o fizemos, foi porque entendemos que é uma maneira de proteger de invasões uma área de 380 mil hectares onde habitam apenas 692 índios que não têm condições para ocupá-la".

ARRENDAMENTOS

Segundo a nota do Cimi, existem 111 arrendatários na área indígena da Bodoquena onde os índios Kadiweu vivem em situação de miséria já que o fruto do arrendamento não reverte para os próprios índios. "Diante da evidência desses fatos — diz a nota — o ministro do Interior, Rangel Reis, precisa vir respaldado de muita lama e corrupção para ousar ameaçar Darci Ribeiro de processo."

Quanto a essa questão, assessores do Ministro do Interior afirmaram que Rangel Reis não pretende, pelo menos por enquanto, responder ao antropólogo porque as acusações foram feitas a nível pessoal. Segundo Darci Ribeiro, em sua palestra durante a última reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

O projeto de emancipação de áreas indígenas atendia a objetivos escusos do atual Ministro do Interior. Essa questão, disseram os assessores, já foi encaminhada à Procuradoria Geral da República que dará o seu parecer.

Com relação, ainda, à nota do Cimi sobre os arrendamentos, disse Ismarth que o Estatuto do Índio proíbe a renovação desse instrumento por mais de uma vez, "portanto, em 1982, quando o novo prazo terminar, acredito que outros grupos indígenas, como menos terra que os Kadiweu, com os Terenas e os Kaiwá, serão transferidos para essa área. Por enquanto, o arrendamento além de preservar a área de intrusos, fornece recursos para o próprio índio. Só entre os Kadiweu o programa de desenvolvimento comunitário vai aplicar até o final do ano 3 milhões e 400 mil cruzeiros, grande parte proveniente dos arrendamentos".

RESPOSTA A DARCI

Em entrevista na semana passada, onde reafirmou todas as críticas feitas ao Ministro do Interior e à Funai, Darci Ribeiro formulou uma série de perguntas que foram respondidas ontem pelo general Ismarth de Oliveira. A seguir, as perguntas do antropólogo e as respostas do presidente da Funai:

Darci: Os atuais diretores dos órgãos da Funai têm experiência para lidar com o problema do índio?

Funai: "Gostaria de saber de Darci Ribeiro o que ele entende por experiência."

"Posso adiantar, no entanto, que nos postos-chaves, ou seja, no Departamento Geral de Operações e no Departamento Geral do Patrimônio indígena, temos, respectivamente, Gérson Alves e João Crisóstomo que têm ampla experiência quanto a questão pois vêm de administração anteriores. Os outros órgãos, são de fins administrativos e no DGPC temos antropólogos".

Darci: É verdade que diversos antropólogos da Funai foram demitidos e os que ficaram não têm cargo de chefia?

Funai: "A única funcionária demitida nos últimos tempos foi a geógrafa Eny Pereira. Quanto a antropólogos em cargos de chefia temos Rafael Bastos, à frente do DGPC; na parte de educação, Jaime de Matos; na saúde, Aldo Moreria, no Xingu, Olímpio Serra, no Projeto Xavante, Cláudio Correa e, no Projeto Parakana, Antonio Carlos Magalhães".

Darci: É verdade que a Funai gasta 70 por cento do seu orçamento com funcionários?

Funai: "Isso demonstra um desconhecimento completo do funcionamento da Funai. Existem dois orçamentos: um pra pessoal e outro para as comunidades indígenas".

DARCI: É verdade que mais da metade dos salários dos funcionários é paga em Brasília?

FUNAI: "Para responder esta pergunta basta analisar o nosso quadro: das 12 delegacias, 170 postos e quatro parques, em cada delegacia temos uma média de cem funcionários. Em Brasília o quadro é o seguinte: administração, 113; DGPC, 38; DGPI, 34; DGO, 20 funcionários. E só somar."

DARCI: É verdade que o Departamento Geral do Patrimônio indígena existe apenas com fins lucrativos?

FUNAI: "Está havendo uma grande confusão entre lucro e rentabilidade. O Estatuto do Índio diz que a função do DGPI é valorizar e ampliar o patrimônio indígena e o fruto deve reverter para cada área. Reconheço que até pouco tempo muito pouco do lucro revertia para os índios, mas posso garantir que essa política mudou. Este ano, do programa total para áreas indígenas, cujos recursos foram calculados em 55 milhões, nove milhões de cruzeiros foram oriundos do DGPI."

REUNIÃO

A próxima reunião dos dias 14 e 15 na Funai, que vai ultimar a minuta do anteprojeto que regulamenta a emancipação dos índios, vai contar com a participação de 25 pessoas, das quais 11 são antropólogos. Participam desse encontro o professor Dalmo Dallari, presidente da Comissão Nacional de Justiça e Paz e entre os antropólogos: Carmem Junqueira, Egon Chaden, Roque Laraia, Orlando Villas-Boas, Roberto Cardoso, Roberto de Matta, do Museu Nacional e a professora Lux Vida, da Universidade de São Paulo.